

79 ABR 1990

# Distorções

JORNAL DE BRASÍLIA

**A**s medidas que a Abecip sugere para recuperar a confiança popular nas cadernetas de poupança não serão capazes de reverter o quadro, tal o nível de incerteza existente na população. Só há uma possibilidade de reversão, a médio prazo, da credibilidade das cadernetas: o êxito incontestável do programa econômico do Governo. Se a inflação cair e se mantiver baixa e se a economia voltar a funcionar, removendo a sensação de risco ainda existente, o público entenderá que a intervenção nas cadernetas foi necessária e que o benefício terá sido maior do que o prejuízo.

As possibilidades de êxito do plano são grandes, mas há riscos, sobretudo os decorrentes da liberalização de liquidez que atualmente ocorre. Embora informações objetivas estejam escassas no atual Governo, presume-se que o nível de liquidez já esteja próximo de 20 por cento do PIB, após haver decaído para 12 por cento no dia da implantação da reforma monetária. Os países de economia estável trabalham com nível de liquidez em torno de 15 por cento do PIB, taxa considerada suficiente para que se operem as transações econômicas. Receamos que o Brasil esteja retomando muito rapidamente patamares elevados de liquidez.

É conveniente observar-se, também, que o programa econômico não corrigiu ainda as distorções que consagrou no dia da sua implantação na área dos preços. Tendo se antecipado ao mercado, que fatalmente faria os preços desabarem por

falta de compradores, o Governo estratificou através do tabelamento o nível de preços elevado existente no dia 16 de março. Eles embutiam perspectivas de inflação futura. O correto teria sido deflacioná-los para evitar defasagens entre eles e os salários e, sobretudo, para impedir o processo de concentração de renda que se acelerará a partir do fato de que muitos preços achavam-se, e se acham ainda, expressivamente acima dos custos.

O processo de concessão de liquidez atualmente em curso, gerido exclusivamente pela autoridade administrativa, também trabalha no sentido de estratificar preços elevados, como os da construção civil, da indústria automobilística e, mais recentemente, da indústria de bens de capital. Coincidentemente, são os três setores nos quais se havia chegado, a 16 de março, ao patamar de preços mais elevado da economia brasileira. Ora, acudindo-os a tempo com oferta de liquidez, o Governo impede que o mercado exerça sobre eles o poder coercitivo potencial decorrente da escassez de dinheiro.

Essas situações podem não comprometer o plano no que diz respeito à sua capacidade de fazer a inflação retroceder agora, mas o comprometerão a longo prazo, ao cristalizarem distorções na estrutura de rendas, fazendo com que a massa assalariada pressione por mais salários e, potencialmente, desencadeie tensões inflacionárias no médio prazo.